



Manual Direitos Humanos, Hoje! & cartas ilustradas dos 30 artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)

Conteúdos: Alexandra Santos

Revisão: Maria Marques

Ilustração das cartas: Patrícia Costa

Paginação e Design: Javier Elorz

Impressão e Acabamentos: Gráfica Digital ARP

O manual Direitos Humanos, Hoje! foi desenvolvido no âmbito do projeto Megafone dos Direitos Humanos, o qual está enquadrado no programa Cidadãos Ativ@s uma componente dos EEA Grants que visa apoiar organizações não governamentais. O programa é financiado pela Islândia, Liechtenstein e Noruega, e é gerido em Portugal pela Fundação Calouste Gulbenkian em consórcio com a Fundação Bissaya Barreto.

Impressão e acabamento:

1ª edição: Abril 2022

Associação Mais Cidadania



# ÍNDICE

01

02

03

04

→ **Megafone dos Direitos Humanos**

→ **Manual Direitos Humanos, hoje!**

Os Princípios Pedagógicos que orientam este manual

A (breve) História dos Direitos Humanos

Factos sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos (e alguns que quase ninguém sabe...)

Cidadania e Direitos Humanos

Direitos Humanos e Educação Anti-Racista

Direitos Humanos e Discurso de ódio

As cartas ilustradas da Declaração Universal dos Direitos Humanos

→ **Atividades para utilizar as cartas ilustradas da Declaração**

**Universal dos Direitos Humanos**

→ **QUE DIREITO É ESTE?**

→ **QUAL É A TUA POSIÇÃO?**

→ **O QUE PODEMOS FAZER?**

→ **Conclusão**

→ **Referências Bibliográficas**

# 01 Megafone dos Direitos Humanos

O Megafone dos Direitos Humanos é um projeto de educação para os Direitos Humanos, influência e de ação para a mudança.

O Megafone é um projeto coordenado pela Associação Mais Cidadania que visa, em parceria com o INMUNE – Instituto da Mulher Negra e com a Human Rights Academy (Noruega), sensibilizar jovens, professores e outros agentes educativos para a educação para os Direitos Humanos (D.H.), promover o ativismo como forma de atuar na sociedade em defesa dos D.H. e contribuir para a influência da opinião e das políticas públicas de modo a promover processos de mudança da sociedade no que diz respeito à discriminação, racismo e discurso de ódio.

Em 2020 assistimos em Portugal a agressões e mortes motivadas por ódio contra pessoas racializadas (Bruno Candé é um desses rostos), e às mensagens de ódio escritas em muros de escolas e universidades. Cada vez são mais as manifestações com mensagens racistas e xenófobas. Numa sociedade em que pessoas ainda morrem devido à cor da sua pele, não podemos dizer que todas as pessoas têm os seus direitos assegurados. Os crimes de ódio têm origem em discursos de ódio, e este tipo de discurso ouve-se cada vez mais na nossa sociedade, nomeadamente entre pessoas jovens. Por isso urge tomar uma ação para uma mudança com impacto positivo na sociedade.

São, também, parceiros neste projeto o Agrupamento de Escolas D. Dinis em Marvila, a Escola Secundária António Damásio nos Olivais, a Escola Técnica Psicossocial de Lisboa (ETPL), e o Centro de Formação de Professores António Sérgio, parceiros estratégicos e fundamentais na atuação juntos dos jovens e de profissionais da educação. Será em conjunto com estas instituições que iremos atuar no sentido de provocar o debate e reflexão, ao mesmo tempo que criamos condições para que os jovens possam atuar na defesa de causas sociais, contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária.

É fundamental capacitar atores estratégicos para promover processos de informação e sensibilização para os D.H., para desconstruir narrativas e práticas de discriminação, racismo e combater o discurso de ódio junto de crianças e jovens. Fomentar o ativismo para os D.H. e promover processos de defesa dos direitos e influência na formulação e implementação de políticas públicas.

O Megafone dos D. H. tem por base quatro pilares tendo em vista a mudança social para e com os jovens. O primeiro é a Capacitação de Profissionais/ Professores através de uma ação de formação acreditada para que como um megafone também pessoas que trabalham com jovens possam transportar estes conhecimentos para as salas de aula, espaços juvenis, centros culturais. O segundo pilar é a Capacitação e Empoderamento de Jovens através da sensibilização para os Direitos Humanos utilizando métodos de educação não formal (ENF) em sala de aula, porque tão importante quanto ouvir e ler, é ser e sentir. A partir deste processo de sensibilização e reflexão sobre temas fraturantes, os jovens terão a oportunidade de desenvolver campanhas para defender os D.H.

O processo de empoderamento também vai acontecer através da Academia de Jovens Negras, aprendendo a olhar criticamente para as opressões de que são alvo espera-se que as participantes consigam mudar narrativas e dar início a processos de mudança pelas suas próprias mãos. A experimentação é o ponto de partida do processo de mudança e na defesa dos D.H., mas esta só faz sentido aliada à reflexão, num processo contínuo de ação-reflexão-ação. Assim, a Ação e o ativismo para os D.H. são também pilares deste projeto. O último pilar é o de Influência e Advocacy onde se pretende influenciar opiniões e políticas públicas, explorando os mecanismos legais que existem para a defesa dos D.H., aproximando os atores reais do dia-a-dia dos atores que tomam as decisões, podendo sentar à mesma mesa jovens negras, decisores e decisoras políticos seja do tecido associativo ou partidário, fazendo pressão junto dos e das mesmas no sentido da partilha sobre o efetivo impacto que as leis, decretos, regras e declarações têm no dia-a-dia. Tudo isto será desenvolvido ao mesmo tempo que utilizamos ferramentas, como por exemplo PodCasts, para dar visibilidade a jovens ativistas, ampliamos as suas vozes e ocupamos um espaço (digital) que precisa de ter mais conteúdos sobre o poder que pessoas jovens têm enquanto motor transformador do mundo.

Este manual pedagógico é uma ferramenta de aprendizagem e instigação para que pessoas que trabalham com crianças e jovens (13 aos 20 anos) possam construir uma educação para os D.H. que é também anti-racista, anti-colonial e que celebra a diversidade. Entendemos que em sala de aula, no recreio, em atividades extracurriculares, pode e deve agir-se para dismantlar preconceitos, racismo, discriminação e discursos de ódio.

**“Temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza, e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza.”  
Boaventura Sousa Santos**

# 02 Manual Direitos Humanos, hoje!

## 1 Os Princípios Pedagógicos que orientam este manual

As atividades deste manual foram pensadas seguindo os princípios da educação de adultos e da educação não formal, os quais englobam uma série de pressupostos pedagógicos que iremos abordar de seguida para um melhor entendimento e uso do manual. Falar de educação de jovens/adultos é colocar a pessoa no centro do processo de aprendizagem, e são os métodos de educação não formal a forma por excelência de trabalho deste tipo de abordagem pedagógica. Neste âmbito, o papel da pessoa que facilita estes espaços/momentos passa por inspirar, auxiliar e criar oportunidades de aprendizagem individual e coletiva.

Planear um processo para jovens com base em metodologias de educação não formal implica partir das suas necessidades, interesses e experiência, e utilizar uma abordagem focada na pessoa. É necessário proporcionar oportunidades para a aprendizagem auto-organizada, relacionar a teoria e a prática, criar pontes entre ação e reflexão e que as decisões sobre o que estão a fazer e como vão aprender sejam feitas em conjunto. A educação não formal é um processo organizado com objetivos educativos, e por isso é fundamental que cada sessão seja planeada cuidadosamente tendo como objetivo o desenvolvimento de competências pessoais e sociais e a preparação para o exercício de uma cidadania plena.

Tendo em conta os princípios acima referidos, existem algumas orientações práticas que consideramos fundamentais para quem facilita ter em atenção ao trabalhar sobre estas temáticas com pessoas jovens:

→ As sessões devem ser conduzidas com o espaço organizado em círculo ou em semicírculo;

→ As atividades não devem ser utilizadas apenas para serem divertidas ou interessantes; devem ser cuidadosamente escolhidas e combinadas entre si de modo a resultarem num plano de sessão com objetivos delineados para atingir com os jovens e com um período de reflexão sobre a ação;

→ Quem facilita deverá ter testado previamente as atividades que pretende desenvolver com o grupo, de preferência experimentando-as como participante;

→ Tornar-se uma pessoa que facilita e que utiliza a educação não formal como ferramenta efetiva é um processo que começa pela própria experiência de quem educa e pela reflexão pessoal sobre as suas crenças e atitudes em relação aos temas que vai facilitar. A educação não formal significa horizontalidade e partilha, e é muito importante que quem facilita desenvolva esta consciência e esteja predisposto para manter a atitude de aprendente;

→ Quem guia estes processos não é transmissor de conhecimento, pois o conhecimento é parcial e contextual. Assumir isto pode por vezes fazer-nos sentir insegurança ou despreparação, mas o desafio é aprendermos a lidar com isso e aceitar que esta abordagem não é compatível com soluções e respostas unidimensionais;

→ Uma aprendizagem aberta implica estar disponível para acolher opiniões diferentes e discordantes. A missão de quem educa é a de fomentar a reflexão crítica;

→ Ninguém tem todas as respostas, mas o que devemos procurar enquanto seres humanos é desenvolver a nossa capacidade e vontade de lidar com o conhecimento tendo em conta múltiplas perspetivas!

**“O educador é, evidentemente, um artista (...). O que o educador faz ao ensinar é permitir que os estudantes se tornem neles próprios.”**

**Paulo Freire**

## **2** A (breve) História dos Direitos Humanos

No mundo atual, é quase impossível abrir um jornal ou ver o telejornal sem que os Direitos Humanos sejam mencionados. Em foco estão, frequentemente, violações e abusos desses direitos. Ainda que os Direitos Humanos se tenham tornado parte do nosso vocabulário moderno, muitos de nós não sabem o que eles, de facto, são. Como é que esses direitos funcionam e como é que podem influenciar as nossas sociedades em especial quando vemos guerra a acontecer tão perto de nós?

Os Direitos Humanos são direitos fundamentais reconhecidos a todos os seres humanos. Os valores éticos de base que estão por trás da ideia dos Direitos Humanos são a dignidade humana e a igualdade. A noção de que devem ser reconhecidos, a todos os seres humanos, tem uma origem histórica antiga que nasceu com a necessidade de proteger todas as pessoas de abusos arbitrários, de violações e de discriminação perpetrada pelos que estavam no poder. De acordo com a noção moderna de Direitos Humanos, os Estados são os principais responsáveis por respeitar, promover e proteger os Direitos Humanos das suas populações.

A Declaração é composta por um preâmbulo e 30 artigos, estabelecendo os Direitos Humanos que as pessoas têm direito, em todo o mundo, sem qualquer distinção. O artigo 1 descreve a filosofia em que a Declaração se baseia, ao sublinhar que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. O artigo 2 estabelece o princípio básico da igualdade e proíbe a discriminação de qualquer tipo, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, e assim por diante. O artigo 3 proclama o direito à vida, à liberdade e à segurança da pessoa – um direito essencial ao gozo de todos os outros direitos. Os artigos 4 a 21 definem os direitos civis e políticos, enquanto os artigos 22 a 27 definem os direitos económicos, sociais e culturais. Os artigos 28 a 30 reconhecem que todas as pessoas têm direito a uma ordem social e internacional em que os Direitos Humanos estabelecidos na Declaração sejam totalmente concretizados.

### **3** Alguns marcos importantes até à redação daquilo que hoje conhecemos como DUDH:

- 1 Agosto de 1944 primeira reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas com a presença de representantes de apenas 18 países.
- 2 2 de Setembro de 1945 ano em que termina a 2ª Guerra Mundial.
- 3 24 de Outubro de 1945 a criação das Nações Unidas com a assinatura da Carta das Nações Unidas que começa com a frase: “Nós os povos das Nações Unidas estamos determinados a salvar as gerações futuras do flagelo da guerra, que por duas vezes na nossa vida trouxe incalculável sofrimento à Humanidade”.
- 4 10 de Dezembro de 1948 é adotada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, retificada por 50 países.
- 5 É composta atualmente por 193 Estados-membro.

## 4 Factos sobre Declaração dos Direitos Humanos (alguns que quase ninguém sabe...)

→ Apenas quando a China, França, União Soviética, Reino Unido e Estados Unidos da América assinaram a DUDH, é que a mesma entrou em vigor.

→ A Declaração dos direitos Humanos quase se chamou Declaração dos Direitos do Homem até que a delegada Indiana Hansa Mehta que integrou a Comissão das Nações para os Direitos Humanos nos anos de 1947-48 sugeriu que a declaração tivesse uma linguagem mais universal e inclusiva mudando a frase “todos os homens nascem livres iguais” para “todos os seres humanos...”

→ Não existe apenas uma sede da ONU, existem duas, uma em Nova Iorque nos EUA e outra em Genebra, na Suíça.

→ Apenas uma mulher estava na reunião onde se começou a escrever a DUDH, era Eleanor Roosevelt, dos EUA que disse:

“Afim, onde começam os Direitos Universais? Em pequenos lugares, perto de casa — tão perto e tão pequenos que eles não podem ser vistos em qualquer mapa do mundo. No entanto, estes são o mundo do indivíduo; a vizinhança em que ele vive; a escola ou universidade que ele frequenta; a fábrica, quinta ou escritório em que ele trabalha.”

→ Foram precisas mais de 80 reuniões, mais de 160 correções para se chegar aos 30 artigos da DUDH.

→ Não existiram votos contra a DUDH mas houve 8 abstenções (União Soviética, Bielorrússia, Ucrânia, Checoslováquia, Polónia, Jugoslávia, Arábia Saudita e África do Sul).

→ Está traduzida em mais de 520 línguas pelo mundo e detém o record do Guinness World como o documento mais traduzido do mundo.

→ Das maiores críticas é não ser um documento legalmente vinculativo e ter sido escrito por Nações principalmente do norte do globo levantando a questão se por isso é realmente “universal”.

## 5 Cidadania e Direitos Humanos

Vemos os Direitos Humanos como ponto de partida para um diálogo sobre coesão social, normas sociais, direitos e responsabilidades, privilégios e opressões, discriminações e violências.

Cada vez ouvimos mais discursos polarizados, o mundo vive uma crise, não só climática, mas em vários domínios que muitas vezes é transmitida de forma simplista e através de fake news.

Há grupos a tomar o poder que não defendem os valores da democracia, há grupos políticos partidários que utilizam as regras da democracia para subir ao poder e para mudar as regras de um estado de direito. Há mudanças que temos de fazer, e o primeiro passo de uma mudança é o acesso à informação e a tomada de consciência.

Por isso precisamos de falar cada vez mais e mais nas salas de aula sobre a relação entre Direitos Humanos e os mecanismos de opressões sistémicas e sistemáticas que não permitem a mobilidade social de grupos específicos, precisamos entender e agir sobre o que se passa no mundo, sobre as ameaças ao Estado de Direito e atuar relativamente aos riscos da perda da liberdade de expressão, por exemplo. Para isso utilizaremos o baralho das cartas ilustradas da Declaração Universal dos Direitos Humanos com que iremos abordar temas que estão presentes no quotidiano dos jovens, como por exemplo o racismo e o discurso de ódio, ajudando a promover um debate informado, discussões construtivas e a desconstrução de preconceitos.

## 6 Direitos Humanos e Educação Anti-Racista

A Educação Anti-Racista difere da luta contra o racismo no sentido em que está investida na sua prevenção para além do seu combate, na desconstrução dos sistemas que perpetuam o racismo e também empenhada na criação de novas narrativas que demonstrem a realidade histórica, mas também diária de pessoas negras num contexto colonial, racista e xenófobo.

Para conversarmos sobre racismo temos de falar de estereótipos e preconceitos. Sabemos que estereótipos são representações negativas que todas as pessoas fazem sobre diferentes grupos de pessoas. São também resistentes ao tempo porque estão emaranhados no tecido social, concepções culturais e pertenças nacionais e identitárias. Os estereótipos são também generalizações, redutoras e simplistas da realidade. Quando estereótipos levam à criação de preconceitos que disseminam e legitimam ideias negativas sobre determinados grupos de pessoas estes podem resultar em acções violentas e até à morte de pessoas destes grupos. Por isso, termos consciência dos nossos preconceitos é o primeiro passo para os combater.



## 7 Direitos Humanos e Discurso de ódio

Muitas vezes não reconhecemos discurso de ódio quando está a acontecer. É muitas vezes considerado como inofensivo no entanto pode ter consequências nefastas para o grupo e/ou pessoa alvo do mesmo. Muitas vezes a linha que separa discursos violentos de violência física é ténue e sensibilizar para o discurso de ódio é muitas vezes difícil porque alegadamente põe em perigo a liberdade de expressão das pessoas.

É difícil definir, discurso de ódio, primeiro porque a definição aparece em diferentes áreas, é muito politizado e existe na nossa cultura que normaliza a violência. No entanto a Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância em 2015 redigiu a definição:

“O Discurso de Ódio advoga, promove e/ou incita a toda e qualquer forma de depreciação, ódio, vilificação de uma pessoa ou um grupo de pessoas assim como qualquer assédio, insulto, estereótipos negativos, estigmatização ou ameaça no que diz respeito a essa pessoa ou grupo com base em questões de “raça”, cor de pele, descendência, origem nacional ou étnica, idade, deficiência, língua, religião ou crenças, sexo, género, identidade de género, orientação sexual ou outras características pessoais ou estatuto.” (Conselho da Europa 2015:3)

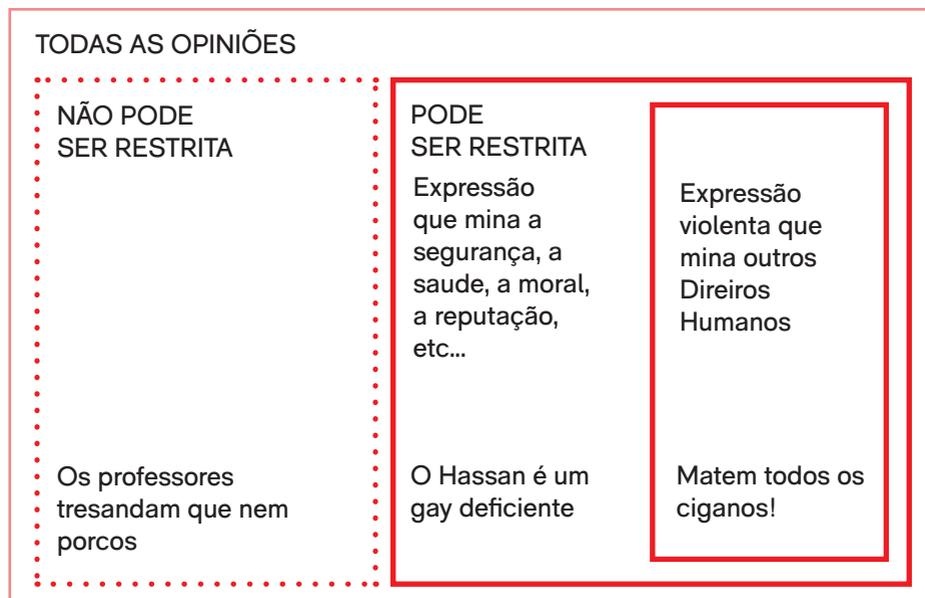
O que esta definição promove é a capacidade de vermos para além do que parece ser a neutralidade ou, a micro-agressão como algo passível de ser ignorado e continuado, podendo ser expressado de qualquer forma, ou seja, por via de insultos mas também em filmes, imagens, conseguindo deste modo, a naturalização de violência e a sistematização da mesma através de narrativas que repetem e legitimam estes mesmos discursos. Por isso é tão importante construirmos narrativas baseadas nos Direitos Humanos para construirmos formas de pensar e viver em sociedade que sejam alternativas e que questionem, desconstruam e invalidem o

discursos público dominante dando assim, legitimidade a contranarrativas, criando espaços seguros para todas as pessoas e fortalecendo ideias de diversidade, inclusão e aceitação.

É importante nunca esquecermos que, o discurso de ódio pode não levar à violência física mas que toda a violência física começa com discurso de ódio.

A preocupação com a liberdade de expressão acontece muitas vezes porque sentimos que a falta da mesma põe em causa a possibilidade de participarmos plenamente na sociedade. O debate é importante no entanto também é importante que haja um equilíbrio entre a expressão de sentimentos e pensamentos e a salvaguarda de direitos de qualquer outra pessoa.

## OS LIMITES DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO



Ódio/intolerância ligeira

Ódio extremo

## 8 As cartas ilustradas da Declaração Universal dos Direitos Humanos

Existem 30 artigos na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Num contexto em que vemos o escalar de discurso de ódio e violência racial, o despoletar de guerras, uma crise de refugiados e uma crise climática a relevância deste trabalho torna-se maior em especial quando percebemos que principalmente as pessoas jovens não fazem ideia dos seus direitos nem têm ferramentas para aprender sobre os mesmos.

Estas cartas que têm ilustrações simples, pensadas para um trabalho introdutório de reflexão e sensibilização com crianças e jovens sobre os temas dos Direitos Humanos, discriminação, racismo e discurso de ódio.

Elas podem ser usadas individualmente ou em baralho, em contexto de educação formal, não formal ou informal. Seguindo as nossas sugestões de atividades ou criando mais e novas atividades.

# **03 Atividades para utilizar as cartas ilustradas da DUDH**

# → Que direito é este?

## Objetivo:

Compreender a diferença entre direitos civis, direitos políticos, direitos sociais e económicos; sensibilizar para a universalidade dos D.H.

## Duração:

50 minutos

## Destinatários:

não há limite no número de elementos do grupo

## Materiais:

castas ilustradas, canetas e cartolinas ou folha de tamanho grande ou quadro, fita cola, cópias da DUDH simplificada

## Orientações:

Introduzir as diferenças dos vários tipos de direitos: CIVIL, POLÍTICO, SOCIAL, ECONÓMICO enquanto separa em quatro a folha ou o quadro e espalha as cartas ilustradas dos artigos da DUDH. Depois convida o grupo a separar as cartas por tipo de direito utilizando a fita cola e colando. Seguidamente divide o grupo em quatro e o grupo tem de encontrar um exemplo de violação deste tipo de direito humano e apresentar/representar para o grande grupo. No final distribuir a DUDH simplificada.

- 1 Direito à igualdade
- 2 Direito a não ser vítima de discriminação
- 3 Direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal
- 4 Liberdade da escravatura
- 5 Liberdade da tortura e tratamentos desumanos
- 6 Direito ao reconhecimento da personalidade jurídica
- 7 Direito à igualdade perante a lei
- 8 Direito a um recurso efetivo num tribunal competente
- 9 Liberdade da detenção e exílio arbitrários
- 10 Direito a um julgamento justo
- 11 Direito à presunção de inocência até prova em contrário
- 12 Liberdade da intromissão arbitrária na vida privada, família, casa e correspondência
- 13 Direito à liberdade de circulação dentro e fora do país
- 14 Direito a requerer asilo em outros países para fugir à perseguição
- 15 Direito a uma nacionalidade e liberdade para a mudar
- 16 Direito a casar e constituir família
- 17 Direito à propriedade
- 18 Liberdade de pensamento, consciência e religião
- 19 Liberdade de opinião e de expressão
- 20 Liberdade de reunião e liberdade de associação
- 21 Direito a participar no governo e em eleições livres
- 22 Direito à segurança social
- 23 Direito ao trabalho e à filiação em sindicatos
- 24 Direito ao repouso e ao lazer
- 25 Direito a um nível adequado de vida
- 26 Direito à educação
- 27 Direito a participar na vida cultural da comunidade
- 28 Direito a uma ordem jurídica que torna efetivos os direitos desta declaração
- 29 Os deveres perante a comunidade são essenciais para o desenvolvimento livre e pleno da personalidade de todas as pessoas
- 30 Liberdade da interferência estatal ou individual no que concerne a estes direitos

## **Pistas para reflexão:**

Porque é que acham que há muitos direitos de um determinado tipo e menos de outros? Existe alguma hierarquia nos DH em que uns são mais importantes que outros? Relacionar a vida quotidiana com cada um destes tipos de direitos e pensar porque existem.

## **Dicas:**

Fazer esta dinâmica acompanhada da dinâmica QUAL É A TUA POSIÇÃO.

## **Ideias para a ação:**

Encontrarem diferentes associações da sociedade civil que façam trabalho tendo em conta os diferentes tipos de DH.

# → Qual é a tua posição?

## Objetivo:

Compreender a dificuldade de chegar a um consenso sobre DH, desenvolver competências de discussão e argumentação; promover o respeito e uma mentalidade aberta.

## Duração:

50 minutos

## Destinatários:

Não há limite no número de elementos do grupo

## Materiais:

Cartas ilustradas, fita cola ou fio, lista de frases, cartaz concordo e discordo

## Orientações:

Introduzir o tema de que o consenso é algo difícil de alcançar, por exemplo o consenso sobre o que são ou não direitos humanos e a universalidade dos mesmos foi um desafio enquanto espalha as cartas ilustradas e explica que são 30 artigos. Convidar o grupo a olhar para as cartas e ler os artigos do Direitos Humanos de cada carta. De seguida referir que vai ler uma lista de frases enquanto cria com o grupo uma linha imaginária, ou desenhada com fita cola ou um fio, no centro da sala (ou do espaço onde estiverem) e que o grupo deve posiciona-se para a esquerda se concordar ou para a direita se discordar da frase. Depois de ler as frases, uma de cada vez, promover a discussão entre o grupo e permitir que as pessoas se reposicionem depois de ouvir os argumentos de ambas as partes. No fim o grupo é convidado a dar a sua opinião e avaliar o exercício.

## **Pistas para reflexão:**

Sentiram dificuldade em posicionar-se? Houve alguma coisa que sentiram que eram impossível de tomar uma decisão? As pessoas que mudaram de posição, porque é que o fizeram? Seria possível chegar-se a um acordo sobre os direitos humanos? Será que precisamos de mais direitos?

## **Dicas:**

Se o grupo for muito grande, dividir em grupos mais pequenos. Todas as frases podem ser mudadas e/ou adaptadas.

## **Ideias para a ação:**

Redigir com o grupo compromissos pessoais e do grupo para os Direitos Humanos com uma data definida.

Exemplo de Frases:

- Algumas pessoas têm naturalmente mais direitos que outras.
- O direito a descansar e aos tempos livres é um luxo que apenas pessoas ricas podem ter.
- Não é um papel do estado garantir que as pessoas não passam fome – é uma responsabilidade das pessoas.
- O problema do racismo é um problema das pessoas negras – as pessoas negras é que devem lutar contra o racismo.
- Algumas mulheres queixam-se do machismo, mas às vezes são elas que provocam com os seus comportamentos e atitudes e são também machistas.
- É mais importante ter uma casa, comida, e necessidades básicas do que ter liberdade de expressão.
- As piadas não são discriminação – temos de ter liberdade de dizer o que nos apetece.
- Para as pessoas terem direitos têm de ter responsabilidades – há direitos que algumas pessoas não deviam ter por causa dos crimes que cometem.

# → O que podemos fazer?

## Objetivo:

Compreender a responsabilidade das autoridades estatais na promoção e implementação dos Direitos Humanos; debater onde recai o dever de cada pessoa.

## Duração:

50 minutos

## Destinatários:

5 a 30 participantes

## Materiais:

Cartas ilustradas, quadro

## Orientações:

Começar por realizar uma chuva de ideias em que se discute de quem é a responsabilidade pela implementação dos Direitos Humanos num país, deve anotar-se num quadro todas as sugestões. Use as opiniões expressas para concluir que é o Direito Internacional em matéria de Direitos Humanos que define as obrigações que os Estados têm de respeitar. De seguida mostre as várias cartas ilustradas da DUDH a todo o grupo (pode escolher algumas das cartas ou usar todas). Para cada carta, perguntar: Que direito a carta representa. O que é que as autoridades estatais deveriam fazer para implementar estes direitos? E as organizações da sociedade civil? O que é que nós, enquanto pessoas cidadãs, podemos fazer?

## **Pistas para reflexão:**

Foi difícil identificar a responsabilidade das autoridades em assegurar cada direito humano? E o vosso próprio papel? Quem tem tido o pior desempenho no cumprimento do seu papel para assegurar os Direitos Humanos: as pessoas ou as autoridades?

## **Dicas:**

Pode ajudar o grupo a compreender o papel de cada agente no cumprimento dos Direitos Humanos. Refletir de que formas podem todas as pessoas fazer a diferença na implementação dos seus direitos.

## **Ideias para a ação:**

Entrar em contacto com uma organização/associação de base local que trabalha os direitos humanos e saber como o grupo pode contribuir.

# 04 Conclusão

No trabalho para a mudança de mentalidades, de uma sociedade patriarcal, discriminatória, violenta, colonial, em que são muitas as opressões e poucas as pessoas com consciência dos seus privilégios, este manual pretende ser um instrumento para a introdução destas questões no trabalho com crianças e jovens tendo por base a certeza de que todas as pessoas podem fazer alguma coisa para provocar uma mudança positiva e que crianças, jovens, pessoas adultas podem criar, reinventar o mundo tornando-o num lugar melhor para todas as pessoas.

O manual Direitos Humanos, Hoje! pretende constituir-se como um recurso flexível e orientador destinado aos profissionais que querem refletir e descobrir mais sobre como promover o envolvimento de pessoas jovens e inspirá-las a agir enquanto cidadãos ativos num mundo global.

## Há coisas que podemos começar a fazer hoje mesmo:

→ Ler, ver filmes e encontrar recursos para o Anti-Racismo, as sugestões que damos a seguir são apenas um começo para a vasta biblioteca que existe sobre estes assuntos.

→ Entender que o pessoal é político e a forma como nos posicionamos, o conhecer a história ajuda-nos também a combater preconceitos e violências

→ Refletir sobre como incorporar tópicos anti-racistas nas atividades diárias com pessoas jovens.

→ Não escolher o silêncio e escolher a ação como por exemplo expressar-se sempre contra atos de racismo e xenofobia.

→ Convidar organizações da sociedade civil para conversar com crianças e jovens sobre estes tópicos.

→ Criar espaços seguros e que tenham representatividade cultural e racial.

Muitas vezes sentimos receio, sentimos talvez que não temos a preparação devida, ou o tempo para abordar estas questões que nunca são simples ou fáceis. Por isso importa começar por algum lado e ter a coragem de dar o primeiro passo...

...porque qualquer pessoa tem um papel preponderante na construção de um mundo mais justo, solidário e igualitário.

Deixamos aqui algumas sugestões de leituras.

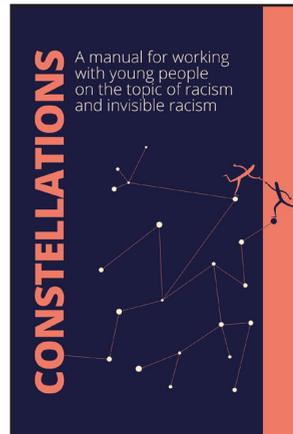
# Manuais para uma educação para os Direitos Humanos:



Referências – Manual para o Combate do discurso online através da educação para os Direitos Humanos. Matia Losego (coord. trad.). (2015)



Alternativas – Agir contra o discurso de ódio através de contranarrativas. Matia Losego (coord. trad.). (2018)



Constellations – A manual for working with young people on the topic of racism and invisible racism. Aga Byrczek, Carlo Andorlini, Dariusz Grzemny, Silvia Volpi, Stefania Zamparelli, Tea Stanic, Vladislav Petkov. (2020)



Conectados pela #Cidadania. Maria Marques, Paula Mendes, Telmo Simões, Raquel Gonçalves, Lillian Hjorth. (2019)

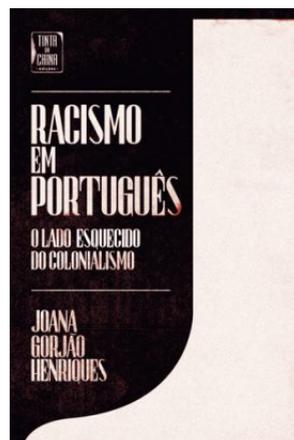
## Sugestões de leitura:



O Estado do Racismo em Portugal: Racismo antinegro e Anticiganismo no Direito e nas políticas públicas. Silvia Rodriguez Maeso (coord.). (2021)



Racismo no País dos Brancos Costumes. Joana Gorjão Henriques. (2018)



Racismo em Português: O lado esquecido do colonialismo. Joana Gorjão Henriques. (2016)



Ensinando a Transgredir: A Educação como Prática da Liberdade. Bell Hooks. (2017)



Fragilidade Branca: Porque é tão difícil para os brancos falar sobre racismo. Robin Di Angelo. (2020)



## Referências Bibliográficas

Byrczek, A., Andorlini, C., Grzemny, D., Volpi, S., Zamparelli, S., Stanic, T., Petkov, V. (2020). *Constellations – A manual for working with young people on the topic of racism and invisible racism.*

Coster, I., Sigalas, E. (2018). *A Educação para a Cidadania nas Escolas da Europa 2017 – Síntese Eurydice.* EACEA.

Losego, M. (coord.) (2015) (trad.). *Referência – Manual para o Combate do discurso online através da educação para os Direitos Humanos – Fundação Calouste Gulbenkian.* Lisboa

Losego, M. (2016) (trad.). *Compass – Manual para a Educação para os Direitos Humanos com Jovens.* Dínamo – Associação de dinamização Sócio – Cultural.

Losego, M. (2018) (trad.). *Alternativas – Agir contra o discurso de ódio através de contranarrativas,* Edição revista. Instituto Português do Desporto e Juventude I.P.

Marques, M., Mendes, P., Simões, T., Gonçalves, R., Hjorth, L. (2019). *Conectados pela #Cidadania.* Lisboa

**“Nunca duvidem que um pequeno grupo de cidadãos conscientes e empenhados possa mudar o mundo; de facto, é só isso que o tem mudado.”**

**Margaret Mead**